

**ENSINO SUPERIOR E PANDEMIA: FERRAMENTAS PARA O DOCENTE**

OLIVEIRA, Elisamara Sutil de;  
ROSA, Márcia Schiavini Ferreira;  
FROZZA, Elenir Salete.

**Resumo**

O presente estudo tem como objetivo descrever as metodologias utilizadas pelos professores da Unoesc Xanxerê durante a exposição de conteúdos em período de aulas remotas. O método utilizado foi um estudo quantitativo, por meio de questionário com perguntas abertas e fechadas aplicado a uma amostra de cento e cinquenta docentes da Universidade do Oeste de Santa Catarina Unoesc, campus de Xanxerê-SC. Com esse estudo, entende-se que os entrevistados reconhecem as diferenças existentes entre as modalidades de ensino EAD e o Ensino Remoto Emergencial, e apesar de já ter afinidade com algumas tecnologias digitais, utilizar dessas ferramentas para ministrarem suas aulas foi um pouco desafiador, com isso, preferem adotar os métodos tradicionais de ensino.

Palavras-chave: Ensino Remoto. Ensino Superior. Pandemia.

**1 INTRODUÇÃO**

O ensino remoto é rotina somente nos componentes e cursos em EAD (Educação de ensino a distância), especificamente no ano de 2020 professores e alunos da educação superior vivenciaram uma realidade diferente da rotineira. Por conta causa de uma pandemia conhecida por COVID-19, se estabeleceram medidas sanitárias urgentes, principalmente o distanciamento social, contrastado com a necessidade do seguimento das aulas.

De acordo com a Portaria nº 343 de 17 de março de 2020, a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19, com meios tecnológicos que favoreçam a informação e comunicação (Brasil, 2020). Segundo o Ministério de Educação e Cultura (MEC), a intenção é não prejudicar o andamento dos cursos. Desse modo, na tentativa de compreender a visão sobre as dimensões do acesso ao ensino e às condições oferecidas pelas instituições, se faz necessário ouvir os educadores sobre o processo de capacitação para utilizarem tal ferramenta tecnológica, como buscar saber sobre suas experiências mediante a aplicabilidade do novo modelo de aula.

Oferecer um Ensino Remoto Emergencial não implica adaptar o ensino presencial para o contexto remoto. Mesmo que, o ensino, no contexto pandêmico, tenha caráter emergencial, não pode acontecer de modo improvisado. A utilização do Ensino Remoto Emergencial, foi uma forma alternativa de continuar o ano letivo, no entanto apesar dessa modalidade utilizar o ambiente virtual ela se difere do Ensino a Distância (EAD), pelo fato de ter momentos síncronos quando o professor e o estudante estão ao mesmo tempo em aula, e/ou assíncronas quando ambos realizam suas atividades educacionais em horários diferentes. A capacitação dos envolvidos implica a adequação das condições e estratégias de ensino no ambiente online, ou seja, promover a participação do aluno, manejar adequadamente o sistema e tornar a aula atrativa. Essa modalidade requer um planejamento cuidadoso de cada componente, em acordo com os gestores e equipes de suporte para que o aprendizado de fato efetivado.

Analisando o cenário da pandemia pode-se observar as consequências que a mesma trouxe, além de mudar a rotina da vida das pessoas afetou a educação. Na educação como todos os outros setores tiveram que descobrir maneiras para que o isolamento não significasse ausência de aulas, dessa maneira o ensino remoto surgiu para minimizar os danos causados pela pandemia.



## 2.1 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

A educação a distância (EaD) teve seu ponta pé inicial ainda na década de 20 adjunto da chegada dos jornais, cartas, livros e revistas de educação por correspondência, contribuindo com a formação de inúmeros profissionais que, impossibilitados de deslocarem-se aos grandes centros ou com necessidade de flexibilização de horários para o estudo, recorriam a este método para alavancarem suas carreiras. Este momento foi concebido como a primeira geração da educação a distância. (Lembruger, 2015; Fernandes; Henn; Kist, 2019).

Na década de 1970, desenvolveu-se o segundo momento do EaD, descrita como a segunda geração. Por meio do envio de material impresso alicerçado a outros recursos como a televisão, as fitas de áudio e vídeo, o contato telefônico, cartas registradas, educandos podiam realizar seus processos formativos. A mudança brusca entre o primeiro e o segundo momento se deu em razão dos recursos materiais e tecnológicos que foram aperfeiçoados para tornar o ensino-aprendizado mais efetivo e dinâmico. (Fernandes; Henn; Kist, 2019).

Conforme Lembruger (2015, p. 1), naquela época “[...] os programas de educação à distância eram classificados como “experimentais” e seu funcionamento era permitido a título precário, ” fato que comprometia o grau de relevância de um ensino nesta modalidade devido à desvalorização desta oferta defronte as demais. Estudiosos, pesquisadores e comunidade manifestavam-se descrentes sobre a efetividade dos planos de ensino, devido à ausência de supervisão dos conteúdos, atividades e avaliações na rotina do estudante. Atualmente, em meio aos vastos avanços tecnológicos e a chegada da internet, vivencia-se a terceira geração do ensino-aprendizado à distância. Para Ribeiro (2014, p. 6),

[...] com o surgimento da rede mundial de computadores, a educação a distância teve um grande impulso, multiplicando-se os projetos nos diversos segmentos educacionais, relacionados à utilização da Internet em atividades de ensino e aprendizagem presenciais e a distância.

Educação essa, que é disseminada por todo território brasileiro e contribui significativamente com o alcance do ensino-aprendizado, atemporal, para pessoas de todas as idades, em qualquer localização geográfica e de qualquer classe social (inclusive garantido pela oferta de bolsa de estudos para àqueles que não possuam condições financeiras de subsidiar sua formação profissional). Fazendo uso de inúmeros recursos audiovisuais e mídias, as conhecidas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) para facilitar a inclusão do discente na construção do conhecimento. (Andrade et al., 2020).

De qualquer modo, o EaD sensibiliza conceituação sobre o uso de recursos materiais para mediar as relações entre professores e alunos no processo de ensino-aprendizado, além de corroborar com a interação seja por comunicação verbal ou não verbal entre partes. Em tese, a aprendizagem ocorre de maneira organizada, com planos de aula devidamente estabelecidos, que são executados de mesmo modo que o ensino presencial, mas, difere, pela separação física entre professor e aluno. (Brasil, 2022).

Como previsto pelo art. 205/1988, da Carta Magna, há salvaguarda do direito de acesso a todo e qualquer indivíduo à educação. Conforme segue: "A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". (Brasil, 1988).

No Brasil, a EaD está regulamentada pelo Decreto n.º 9.057/2017 que visou expandir o já referido incentivo pelos programas de educação a distância em níveis e modalidades, de modo continuado, dispostos no art. 80 da Lei n.º 9.394/1996 (Lei de Bases e Diretrizes). Tem como fundamento a mediação didático-pedagógica com o emprego de recursos necessários, de informação e comunicação, a fim de que as atividades educacionais possam ser desenvolvidas por docentes e discentes.

De acordo com o decreto que estabelece que a educação a distância poderá ser ofertada tanto para a educação básica, constituindo ensino fundamental, ensino médio e educação profissional técnica de nível médio,



também a educação de jovens e adultos (EJA) e a modalidade de educação especial (para indivíduos com necessidades especiais), quanto para o ensino superior, desde que os sistemas de ensino sigam os projetos pedagógicos institucionais e estejam devidamente credenciados pelo Ministério da Educação (MEC). (Brasil, 2017).

Para Behar (2020) a modelagem pedagógica, se apresenta sob a forma arquitetônica (projetual), composta por aspectos da organização, do conteúdo utilizado, das metodologias de ensino, das tecnologias associadas e estratégias para qualificação e quantificação dos resultados, é imprescindível para que a gestão institucional ocorra, assim como alcance os sujeitos que constituem a modalidade: alunos, professores, tutores, mentores e demais partícipes.

De acordo com Andrade et al. (2020) um dos maiores desafios do EaD é justamente proporcionar um espaço de acessibilidade, mediação e interação com os estudantes. Para isso, o projeto pedagógico deve desenhar não apenas os processos para construção do ensino-aprendizado, no que se refere ao conteúdo, metodologias e avaliações, mas principalmente na incorporação de profissionais habilitados, treinados, qualificados, em suma, aptos para atender as necessidades educacionais.

Para todos os casos, sejam instituições públicas ou privadas, a validação do credenciamento ou credenciamento só poderá ser dada vide reconhecimento dos cursos superiores ofertados na modalidade EaD, submetido à visita in loco na sede institucional. Esta visita tem como objetivo identificar a exigência, realizar avaliação da infraestrutura ofertada pela sede e dos recursos metodológicos, tecnológicos e humanos que são disponibilizados para que se faça cumprir o devido ensino, em respeito as DCNs, de acordo com o planejamento proposto pela instituição para os cursos ofertados. (Brasil, 2017).

Segundo Andrade et al. (2021) a iniciativa de visitação do MEC as instituições que ofertam é uma medida preventiva para assegurar a suficiência de recursos aos alunos matriculados, salvaguardando o direito do consumidor e todos os pareceres legais previstos para qualificação da EaD.

Ademais, somente com a qualificação da avaliação in loco é que a instituição poderá tomar iniciativa de criar outros polos para atendimento aos estudantes na modalidade, coisa qual também deverá ser submetida ao cumprimento dos parâmetros estipulados pelo MEC de acordo com a realidade avaliada, informando o órgão competente de sua criação, bem como extinção - em caso recorrente - resguardando os direitos dos matriculados e demais membros da comunidade acadêmica. (Brasil, 2017).

O conceito de EaD desperta inúmeras outras abordagens, multidimensionais, podendo ser empregado para múltiplas modalidades de ensino, com efeitos expressivos para o conteúdo, a tutoria, o desenvolvimento do ensino, o recurso metodológico. Isso se deve em razão de existirem inúmeras ofertas de educação a distância para níveis e modalidades de ensino distintos, além da oferta de diversos cursos que, sobretudo, possuem em comum uma única coisa: “[...] o acesso remoto, onde o usuário pode aprender a desenvolver atividades a qualquer hora e em qualquer lugar pelo usufruto de dispositivos próprios”. (Batista; Souza, 2015, p. 1).

## 2.2 A relação entre aluno e professor

A construção do processo integrativo entre aluno e professor é imprescindível para que se obtenha êxito em qualquer formato de educação. O professor é o mediador responsável por tornar o conhecimento acessível ao educando, oportunizando o contato com os recursos didáticos, pedagógicos e tecnológicos necessários para que os conteúdos sejam apreciados, pois faz uso de metodologias específicas, ativas ou passivas, para transmissão do conhecimento. (Fernandes; Henn; Kist, 2019).

Lembruger (2015) descreve que o papel do professor no âmbito do ensino-aprendizado é desde sempre o fator mais significativo para alcance do êxito do conhecimento e produto formativo do aluno. O autor revela que a mediação tem por objetivo proporcionar ao ambiente educacional, um espaço permeado por processos reflexivos, com comunicação e relações interpessoais. A troca de experiências impacta a realidade vivenciada pelo aluno, dando-lhe espaço para explorar novas formas de conhecimento e de aplicação prática desses conteúdos.



Entretanto, conforme Mill (2015) apesar de os projetos contemplarem a intermediação de tutores e mentores educacionais na educação a distância, sob a forma de professores, muitas vezes o êxito no acompanhamento do aluno é alcançado. Isso se deve pela falta de incentivo a modalidade de ensino, a evasão do aluno, a ausência de definição precisa do projeto pedagógico que determina o foco do estudo, a falta de incentivo aos professores, a descontinuidade da instituição para com investimentos voltados a disponibilidade de recursos humanos e outros aspectos ambientais correlacionados. De acordo com Lembruger (2015, p. 5):

Alguns consideram que educação a distância, por sua natureza, é sinônimo de educação massificada, de qualidade inferior. Efetivamente, tal característica foi marcante nas origens da EaD. Muitas dessas práticas foram de cunho tecnicista, enfatizando o material pedagógico (pacotes instrucionais) em detrimento da mediação pedagógica exercida pelo professor. Todavia, a fazer saber, a todo momento inúmeras informações surgem, ainda mais na era da internet e da propagação dos conteúdos de forma acentuada. Neste sentido, a relação entre aluno e professor se torna ainda mais importante, visto que o tutor/mentor possui competências, habilidades e conhecimentos fatídicos que podem ser amplamente utilizados para proporcionar o ensino-aprendizado de qualidade. (Bispo et al., 2019).

Uma resignificação do que é ensinar e aprender em EaD, aliado ao uso das tecnologias de informação e comunicação, e a sensibilização sobre a importância da cooperação, da interação e interatividade, da avaliação contínua e dos diagnósticos do aprendizado, se faz necessária ao bom andamento do processo.

### 2.3 ENSINO REMOTO EMERGENCIAL

Perpassando por um momento de reafirmação da educação a distância no Brasil e sua fidedignidade enquanto modalidade de ensino-aprendizado, circundada por ampla capacidade de produção de conhecimento para pessoas de todas as idades, de todas as localidades e de modo atemporal, eis que no ano de 2020 com o estabelecimento da pandemia da COVID-19, os antiquados pré-conceitos estabelecidos pela

modalidade de ensino tiveram de ser reavaliados e reinventados, principalmente.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) é concebido como a modalidade de ensino dentro de plataformas disponíveis na web 2.0, além das plataformas de interação em Ambientes de Aprendizagem virtuais (SANTOS et al., 2020), que ocorre quando existe entre discentes e docentes uma indisposição presencial, ou seja, distanciamento geográfico entre partes, o que impossibilita a participação in loco do estudante. (Behar, 2020; Garcia et al. 2020).

Ainda, segundo Hodges et al. (2020) o ERE não possui os mesmos recursos e equipes multiprofissionais qualificadas, treinadas e preparadas para manejar plataformas e softwares online, além de legislação específica que a EaD possui. Todavia, o ensejo por utilizar das TDICs para desenvolver atividades e propagar conteúdos na modalidade remota ocorreu, não objetivado a ofertar um ensino robusto e complexo, mas uma alternativa temporária para que o plano curricular, já planejado pelo formato de educação presencial, fosse cumprido.

Essa modelagem de ensino transformou o cenário docente, instigando os professores a reinventarem as metodologias de ensino tradicionalmente utilizadas, incorporando-as num cenário extremamente inovador, permeado Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), que já eram disseminadas e amplamente utilizadas no âmbito da EaD. "O período desafiador pode também ser promissor para a inovação da educação, indicando que as tecnologias digitais podem se tornar grandes aliadas no processo de ensino-aprendizagem em todos os níveis de ensino". (Rondini; Pedro; Duarte, 2020, p. 41).

Conforme Martins (2020) a adesão ao ensino remoto, o docente passou a fazer uso, obrigatório, das TDICs e conjuntamente presidir assertividade dos discentes durante o processo de transmissão do conhecimento. Ou seja, passa a interessar-se pelo real entendimento que o discente tem pelos conteúdos abrangidos, além de ter que estar continuamente atualizando-se as tendências propagadas pela informação. E, em algumas situações,



adquirindo uma postura mais mediadora no ensino-aprendizado, abandonando o protagonismo antecessor do método tradicional para tornar-se um facilitador ao sujeito ativo do aprendizado: o aluno.

#### 2.4 EFEITOS DO ENSINO REMOTO PARA A PRÁTICA DOCENTE

É fato que o ensino remoto trouxe inúmeras mudanças na forma de divulgar a informação científica. Os propostos didáticos-pedagógicos sucederam rupturas significativas no formato de atuação, exigindo renovação do ambiente educacional e principalmente das práticas docentes, sob processos mais fluídos, descentralizados e com emprego de metodologias ativas. "A situação da pandemia causada pela COVID-19 reforçou o que já sabíamos: a educação precisa mudar. Houve um "ponto de virada" e o mundo nunca mais será o mesmo!" (Nakashima; Lobo, 2020, p. 1). De acordo com Martins (2020, p. 242):

[...] o novo normal será a educação semipresencial mediada por recursos educacionais digitais e a categorização equivocada da educação a distância como modalidade se tornará anacrônica, visto que a aplicação dos métodos e das tecnologias educacionais hoje disponíveis ressignificará os conceitos de distância e de ensino.

Apesar de o ensino remoto ter sido implementado em meio ao caos, as propostas pedagógicas alicerçadas aos recursos provenientes para a manutenção dos processos educacionais, tornaram-se grandes potenciais para a educação, solucionando problemáticas que durante muito tempo estiveram permanentes no exercício docente.

As TDICs, quando dominadas pelo docente, podem ser utilizadas de forma ampla e sob inúmeros métodos de execução. Quando incorporadas às metodologias ativas podem proporcionar um espaço mais dinâmico, efetivo e integrativo para a troca de conhecimentos e experiências, tornando o espaço institucional, seja presencial ou a distância, mais acessível e prazeroso ao estudante.

#### DISCUSSÃO E RESULTADOS

A amostra da presente pesquisa foi constituída por um total de dez participantes, sendo a maioria mulheres com idade entre 30 a 40 anos (40,0%)

e 20 a 30 anos (30,0%), exercendo docência presencial entre 04 até 22 anos, com bom acesso a internet (60,0%) e excelente acesso à internet (40,0%).

No que diz respeito a compreensão dos entrevistados acerca do Ensino Remoto Emergencial, contatou-se que os professores percebem a modalidade como uma alternativa para manter as atividades e a troca de experiências entre discentes e docentes, dentro das limitações impostas pelo governo durante a pandemia.

O Entrevistado A assente que as tecnologias foram utilizadas devido a uma emergência. O Entrevistado B diz que as atividades síncronas e assíncronas não foram uma opção, se trata apenas de alternativas impostas e acolhidas. O Entrevistado C explica que o momento foi importante para entender, compreender e aplicar tecnologias, bem como verificar possíveis falhas nesse tipo de modalidade. O Entrevistado D explica que o Ensino Emergencial foi uma alternativa para dar continuidade no ensino devido a pandemia, possibilitando troca de conteúdos e experiências .

No que se refere a modalidade de ensino Ensino a Distância (EAD), a perspectiva apresentada foi condizente com o que se concebe pelo conceito e aplicabilidade do sistema educacional. Para o Entrevistado E “EAD – aquele ensino que é na modalidade online, sem a presença do professor, o aluno realiza autoestudo seguindo orientações na trilha de aprendizagem” .

Também revelam a utilização de ferramentas digitais, foco principal desta modalidade de ensino. “Uma forma de ensino não presencial, realizado com ferramentas virtuais” (Entrevistado D); “Modalidade ampla de ensino que pode incluir: repasse de conteúdos, livros, e-books para auto estudo; aulas gravadas que podem ser transmitidas para qualquer campus sem interação entre aluno-professor” (Entrevistado F) .

As percepções acerca da diferença entre modalidades de ensino são claras e coesas. Todos manifestaram-se assertivos para o Ensino Remoto Emergencial como um método utilizado, excepcionalmente para manter as atividades educacionais, demonstram entender as falhas do sistema, haja vista o despreparo com a grade curricular e os métodos de ensino utilizados tradicionalmente no ensino presencial.



Avaliando a condição tecnológica dos entrevistados, foi constatado que apenas 40,0% (n=4) ministram aulas diretamente de casa, 80,0% (n=8) utilizam dispositivo CPU (computador) para praticar as aulas remotas, entretanto 25,0% (n=2) não possui local reservado em sua residência para que possa trabalhar online.

Entre os principais recursos didáticos utilizados para ministrarem as aulas na modalidade remota, 70,0% dos respondentes afirmam utilizarem o Power Point (software de apresentação de slides). As outras ferramentas de preferência são livros digitais, videoaulas e aplicativos educacionais, recursos integrados a plataformas adaptativas em 60,0% dos casos, seguido pelas lousas digitais em 30,0%.

Sobre as principais ferramentas disponíveis na Web 2.0, que visam promover interação e aproximação entre discentes e docentes no âmbito educacional, pesquisados têm preferência pelo Facebook (30,0%), Twitter (30,0%), Kahoot (20,0%), Youtube (10,0%) e Canva (10,0%).

No Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), os principais recursos utilizados pelos professores são os fóruns (50,0%), questionários (20,0%), tarefas (20,0%) e listas de discussões (10,0%), alicerçados aos arquivos de PDF, hiperlinks e material complementar desenvolvido pelo próprio docente dentro do AVA.

Para avaliar a satisfação dos professores em relação ao Ensino Remoto Emergencial, em razão do método ter sido desenvolvido em um contexto pandêmico e a urgente necessidade de adaptação. Os resultados demonstraram que 50,0% (n=5) dos entrevistados sentiram-se entre 20% a 40% satisfeitos, 50,0% sentiram-se 100% satisfeitos e 10,0% demonstram entre 10 a 20% satisfeitos.

Percebe-se que esta interpretação sobre a modalidade condiz com a forma que conduzem suas aulas, os recursos disponíveis e o nível de aprendizado que o discente consegue alcançar com um ensino emergencial. A maioria dos professores (70,0%) entendem que o aluno, ao estar em um ambiente virtual, sem a presença do professor e o monitoramento acerca das atividades propostas, tende a se dispersar facilmente e não se comprometer

de mesmo modo que no ensino presencial. Além de que, consideram que o ensino presencial proporciona melhor interação entre colegas, socialização e troca de experiências mais assertivas. Isso não significa que o ensino remoto não proporcione esse espaço, mas os professores compreendem que o espaço educacional é um espaço que se almeja alcançar o ensino-aprendizado, de tal modo acomoda todos os recursos, ferramentas e metodologias necessários para concretização.

Constata-se que os professores entrevistados preferem impreterivelmente a modalidade de ensino presencial, mesmo reconhecendo o valor que o Ensino Remoto Emergencial teve para com o período pandêmico.

### 3 CONCLUSÃO

A partir do presente estudo, compreendeu-se que os professores da UNOESC, campus de Xanxerê-SC, reconhecem as diferenças existentes entre as modalidades de ensino EAD e o Ensino Remoto Emergencial de forma clara e coesa.

Apesar de possuírem familiaridade com as tecnologias digitais e recursos midiáticos disponíveis, e utilizar essas ferramentas para ministrarem suas aulas, preferem adotar os métodos tradicionais de ensino, onde docentes e discentes passam por processos de socialização e interação presencial.

Os professores sentem-se mais confortáveis com o ensino presencial, pois, além do aluno demonstrar maior interesse no ensino-aprendizado, podem usufruir dos recursos tecnológicos, didáticos e pedagógicos disponíveis na unidade de ensino. O que claramente contribui para as dinâmicas em sala de aula e realização de atividades.

Como perspectiva futura, propõe-se que o presente estudo seja ampliado, considerando a limitação no número de participantes que foi muito abaixo do esperado. Caso o estudo seja ampliado, a instituição de ensino poderá abarcar informações importantes para melhorar seus métodos de



ensino remoto na manutenção da grade curricular quando ocorrerem fenômenos como o da Covid-19.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. G. de et al. Qualidade no Ensino a Distância: um conceito polissêmico. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 13, p. 1-9, 2021.

ANDRADE, S. de et al. Os desafios do Ensino à Distância e do uso da Tecnologia de Informação e Comunicação. *Revista de Casos e Consultoria*, v. 11, n. 1, p. 1-12, 2020.

BATISTA, C. J. F.; SOUZA, M. M. A Educação a distância no Brasil: regulamentação, cenários e perspectivas. *Revista Multitexto*, v. 3, n. 2, p. 11-15, 2015.

BEHAR, P. A. O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância, [6 de julho de 2020]. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>>. Acesso em: agosto de 2022.

BISPO, L. S. et al. Educação a distância: fundamentos históricos e desafios da EaD no Brasil. In: VI Congresso Nacional de Educação, 2019, 11p. Disponível em: <[https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO\\_EV127\\_MD1\\_SA19\\_ID9109\\_19092019175147.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA19_ID9109_19092019175147.pdf)>. Acesso em: agosto de 2022.

BRASIL, Ministério da Educação. O que é educação a distância?, [29 de agosto de 2022]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/355-perguntas-frequentes-911936531/educacao-a-distancia-1651636927/12823-o-que-e-educacao-a-distancia>>. Acesso em: 29 de agosto de 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Diário Oficial da União (DOU), 5 de outubro de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: agosto de 2022.

BRASIL. Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017. Brasília, DF: Diário Oficial da União (DOU), 26 de maio de 2017. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=65251-decreto9057-pdf&category\\_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=65251-decreto9057-pdf&category_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: agosto de 2022.

HODGES, C. et al. The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning. *EDUCAUSE Review*, [27 de março de 2020]. Disponível em:

<<https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remote-teaching-and-online-learning#fn3>>. Acesso em: 29 de agosto de 2022.

LEMGRUBER, M. S. Educação a Distância: para além dos caixas eletrônicos. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2015. 10p.

MARTINS, R. X. A COVID- 19 e o fim da Educação a Distância: um ensaio. Revista de Educação a Distância, v. 7, n. 1, p. 242-256, 2020.

MILL, D. Docência Virtual: uma visão crítica. Campinas, SP: Papirus, 2015.

NAKASHIMA, R. H. R.; LOBO, M. P. “Virada Curricular”: por uma pedagogia universitária relevante, equitativa e solidária. Participativa: Ciência Aberta em Revista, Edição Espaço Pedagógico, n. 2, p. 1-7, 2020.

RIBEIRO, R. A. Introdução à EaD. São Paulo, SP: Pearson Education do Brasil, 2014.

RONDINI, C. A.; PEDRO, K. M.; DUARTE, C. dos S. Pandemia da COVID-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica. Interfaces Científicas, Aracaju, v. 10, n. 1, p. 41-57, 2020.

Sobre o(s) autor(es)

OLIVEIRA, Elisamara Sutil de; Discente do Curso de Enfermagem Unoesc/Xanxerê; email: [elisamaraoliveira.20@outlook.com](mailto:elisamaraoliveira.20@outlook.com)

ROSA, Márcia Schiavini Ferreira; Discente do Curso de Enfermagem Unoesc/Xanxerê; email: [marciaschiavini07@gmail.com](mailto:marciaschiavini07@gmail.com)

FROZZA, Elenir Salete. Docente do Curso de Enfermagem Unoesc/Xanxerê - Mestre em Educação. Email: [elenir.salvi@unoesc.edu.br](mailto:elenir.salvi@unoesc.edu.br)